

**No. 37701**

---

**Brazil  
and  
Argentina**

**Treaty on the transfer of sentenced persons between the Federative Republic of Brazil and the Argentine Republic. Buenos Aires, 11 September 1998**

**Entry into force:** *25 June 2001 by the exchange of instruments of ratification, in accordance with article XVII*

**Authentic texts:** *Portuguese and Spanish*

**Registration with the Secretariat of the United Nations:** *Brazil, 14 August 2001*

---

**Brésil  
et  
Argentine**

**Traité relatif au transfèrement de prisonniers condamnés entre la République fédérative du Brésil et la République argentine. Buenos Aires, 11 septembre 1998**

**Entrée en vigueur :** *25 juin 2001 par échange des instruments de ratification, conformément à l'article XVII*

**Textes authentiques :** *portugais et espagnol*

**Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies :** *Brésil, 14 août 2001*

[ PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS ]

TRATADO SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE PRESOS ENTRE A REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA ARGENTINA

A República Federativa do Brasil

e

A República Argentina  
(doravante denominadas “Partes”);

Desejosas de promover a cooperação mútua em matéria de justiça penal;

Estimando que, de acordo com modernas concepções, um dos objetivos da política criminal é a reinserção social das pessoas condenadas;

Considerando que, para a consecução desse objetivo, seria proveitoso dar aos nacionais privados de sua liberdade no estrangeiro, como resultado de prática de um delito, a possibilidade de cumprir a pena em seu país de origem;

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1

1. As penas impostas no Brasil a nacionais da República Argentina poderão ser cumpridas na Argentina, de acordo com o disposto no presente Tratado.
2. As penas impostas na Argentina a nacionais da República Federativa do Brasil poderão ser cumpridas no Brasil, de acordo com o disposto no presente Tratado.
3. A condição de nacional será considerada quando da solicitação de transferência.

## ARTIGO 2

Para os fins do presente Tratado entende-se que:

- a) “Estado remetente” é a Parte que condenou o preso e da qual o preso deverá ser transferido;
- b) “Estado recebedor” é a Parte para a qual o preso deverá ser transferido;
- c) “preso” é a pessoa que estiver, por força de sentença condenatória, cumprindo pena de privação de liberdade em estabelecimento penitenciário ou que estiver submetida a regime de liberdade condicional.

## ARTIGO 3

As Partes comunicar-se-ão, por via diplomática, com a autoridade encarregada de exercer as funções previstas no presente Tratado.

## ARTIGO 4

Para que se possa proceder na forma prevista neste Tratado, deverão ser satisfeitas as seguintes condições:

- a) a sentença deverá ser definitiva e transitada em julgado, ou seja, não poderá estar pendente de julgamento qualquer recurso legal, inclusive procedimentos extraordinários de apelação ou revisão;
- b) a condenação não poderá ser à pena de morte, a menos que esta tenha sido comutada;
- c) a pena que estiver sendo cumprida pelo preso deverá ter duração determinada na sentença condenatória ou ter sido estabelecida posteriormente por autoridade competente;
- d) o remanescente da pena a ser cumprida deverá ser de no mínimo um ano quando da apresentação da solicitação; e
- e) que o preso tenha reparado os danos causados à vítima, na medida em que isso lhe tenha sido possível.

### ARTIGO 5

1. As autoridades competentes das Partes informarão a todo preso nacional da outra Parte sobre a possibilidade decorrente da aplicação deste Tratado e sobre as consequências jurídicas derivadas de sua transferência.
2. Caso o solicite, o preso poderá comunicar-se com o Cônsul de seu país, que, por sua vez, poderá entrar em contato com a autoridade competente do Estado remetente, para pedir-lhe a preparação de antecedentes e informações relativas ao preso.
3. A vontade do preso de ser transferido deverá ser expressamente manifestada por escrito. O Estado remetente deverá permitir, caso solicitado pelo Estado receptor, que este comprove que o preso conhece as consequências legais decorrentes da transferência e que o seu consentimento foi dado voluntariamente.

### ARTIGO 6

1. O pedido de transferência deverá ser dirigido pelo Estado receptor ao Estado remetente por via diplomática.
2. Para dar curso ao pedido de transferência, o Estado receptor levará em conta o delito pelo qual o preso tenha sido condenado, os antecedentes penais, seu estado de saúde, os vínculos que o preso tenha com a sociedade do Estado receptor e qualquer outra circunstância que possa ser considerada como fator positivo para a reabilitação social do preso, caso venha a cumprir sua pena no Estado receptor.
3. O Estado receptor terá absoluta discricção para dirigir ou não ao Estado remetente a petição de transferência.

### ARTIGO 7

1. O Estado remetente analisará o pedido e comunicará sua decisão ao Estado receptor.
2. O Estado remetente poderá negar a autorização de transferência sem indicar a causa de sua decisão.
3. Negada a autorização de transferência, o Estado receptor não poderá efetuar novo pedido. Porém, o Estado remetente poderá rever sua decisão a pedido do Estado receptor.

#### ARTIGO 8

1. Caso o pedido seja aprovado, as Partes acordarão o lugar e a data de entrega do preso e a forma pela qual se fará a transferência. O Estado receptor será responsável pela custódia e transporte do preso desde o momento da entrega.
2. O Estado receptor não terá direito a nenhum reembolso por gastos decorrentes da transferência ou do cumprimento da pena em seu território.
3. O Estado remetente fornecerá ao Estado receptor os dados relativos à sentença e documentação adicional que possa ser necessária para o cumprimento da pena. Tais dados e documentação deverão ser legalizados, quando assim solicitado pelo Estado receptor.
4. Caso o Estado receptor considere as informações fornecidas pelo Estado remetente insuficientes para permitir a aplicação do presente Tratado, poderá solicitar informação complementar.
5. A pedido do Estado remetente, o Estado receptor fornecerá informações sobre o estado de execução da sentença do preso transferido com base no presente Tratado, inclusive com relação a sua liberdade condicional.

#### ARTIGO 9

O preso transferido não poderá ser novamente julgado no Estado receptor pelo delito que motivou a condenação imposta pelo Estado remetente e sua posterior transferência.

#### ARTIGO 10

1. O Estado remetente terá jurisdição exclusiva sobre todo procedimento, qualquer que seja seu caráter, que tenha por objetivo anular, modificar ou tornar sem efeito as sentenças ditadas por seus tribunais.
2. Apenas o Estado remetente poderá anistiar, indultar, rever, perdoar ou comutar a pena.
3. Caso o Estado remetente assim proceda, comunicará a decisão ao Estado receptor, informando-o sobre as conseqüências da decisão tomada, de acordo com a legislação do Estado remetente.
4. O Estado receptor deverá adotar de imediato as medidas correspondentes a tais conseqüências.

#### ARTIGO 11

A execução da sentença será regida pelas leis do Estado recebedor, inclusive as condições para a outorga e revogação da liberdade condicional, antecipada ou vigiada.

#### ARTIGO 12

Nenhuma sentença de prisão será executada pelo Estado recebedor de modo a prolongar a duração da privação de liberdade além da pena imposta pela sentença do tribunal do Estado remetente.

#### ARTIGO 13

1. Caso um nacional de uma das Partes esteja cumprindo pena imposta pelo Estado remetente sob o regime de suspensão condicional da pena ou de liberdade condicional, antecipada ou vigiada, poderá cumprir a citada pena sob a vigilância das autoridades do Estado recebedor.

2. A autoridade judicial do Estado remetente solicitará as medidas de vigilância de seu interesse por via diplomática.

3. Para os efeitos do presente Artigo, a autoridade judicial do Estado recebedor poderá adotar as medidas de vigilância solicitadas e manterá informadas as autoridades judiciais do Estado remetente sobre a aplicação de tais medidas, comunicando de imediato o descumprimento, por parte do condenado, de qualquer das obrigações assumidas.

#### ARTIGO 14

Nenhuma disposição deste Tratado poderá ser interpretada no sentido de limitar a faculdade que as Partes possam ter, independentemente do presente Tratado, para outorgar ou aceitar a transferência de menor de idade infrator.

#### ARTIGO 15

As Partes se comprometem a adotar as medidas legislativas necessárias e estabelecer os procedimentos administrativos adequados para o cumprimento dos propósitos deste Tratado.

ARTIGO 16

Este Tratado será aplicável também ao cumprimento de sentenças proferidas antes de sua entrada em vigor.

ARTIGO 17

1. O presente Tratado está sujeito à ratificação e entrará em vigor na data em que se produza a troca dos respectivos instrumentos de ratificação.
2. Este Tratado terá duração indefinida. Qualquer das Partes poderá denunciá-lo, mediante notificação escrita por via diplomática. A denúncia terá efeito 180 (cento e oitenta) dias após a data da notificação.

Em testemunho do que os representantes das Partes, devidamente autorizados, firmam o presente Tratado.

Feito em Buenos Aires, em 13 de setembro de 1998, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA  
DO BRASIL



LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA  
Embaixador do Brasil

PELA REPÚBLICA ARGENTINA



GUIDO DI TELLA  
Ministro das Relações Exteriores.

[ SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL ]

**TRATADO  
SOBRE  
TRASLADO DE CONDENADOS  
ENTRE  
LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL  
Y  
LA REPUBLICA ARGENTINA**

La República Federativa del Brasil y la República Argentina (en adelante denominadas "las Partes")

Deseosas de promover la cooperación mutua en materia de justicia penal.

Estimando que de acuerdo a las modernas concepciones, uno de los objetivos de la política criminal es la reinserción social de las personas condenadas;

Considerando que para alcanzar este objetivo, sería provechoso dar a los nacionales privados de su libertad en el extranjero, como resultado de la comisión de un delito, las posibilidades de cumplir la condena dentro del país de su nacionalidad;

Convienen lo siguiente:

**ARTICULO I**

1. Las penas impuestas en Brasil a nacionales de la República Argentina podrán ser cumplidas en la Argentina, de conformidad con las disposiciones del presente Tratado.
2. Las penas impuestas en la Argentina a nacionales de la República Federativa del Brasil, podrán ser cumplidas en Brasil, de conformidad con las disposiciones del presente Tratado.



3. La condición de nacional será considerada en el momento de la solicitud del traslado.

#### ARTICULO II

Para los fines del presente Tratado se entiende que:

- a) "Estado remitente" es la Parte que condenó a la persona y de la cual éste habrá de ser trasladado;
- b) "Estado receptor" es la Parte a la cual el condenado habrá de ser trasladado;
- c) "Condenado" es la persona que está cumpliendo una sentencia condenatoria a una pena privativa de libertad en un establecimiento penitenciario o sometida al régimen de libertad condicional.

#### ARTICULO III

Las Partes se comunicarán por la vía diplomática, con la autoridad encargada de ejercer las funciones previstas en el presente Tratado.

#### ARTICULO IV

Para que se pueda proceder en la forma prevista por este Tratado, deberán reunirse las siguientes condiciones:

- a) que la sentencia sea firme y ejecutoriada, es decir que no esté pendiente de recurso legal alguno, incluso procedimientos extraordinarios de apelación o revisión.
- b) la condena no podrá ser de pena de muerte, a menos que ésta haya sido conmutada;
- c) la pena que esté cumpliendo el condenado tenga una duración determinada en la sentencia condenatoria o haya sido fijada posteriormente por la autoridad competente;
- d) la parte de la condena que faltare cumplir al momento de efectuarse la solicitud sea no menor de un año; y
- e) que el condenado haya reparado los daños causados a la víctima, en la medida en que esto haya sido posible.

ARTICULO V

1. Las autoridades competentes de las Partes informarán a todo condenado nacional de la otra Parte sobre la posibilidad que le brinda la aplicación de este Tratado y sobre las consecuencias jurídicas que derivarían del traslado.
2. En caso que lo solicite, el condenado podrá comunicarse con el Cónsul de su país quien, a su vez, podrá contactar a la autoridad competente del Estado remitente, para solicitarle se preparen los antecedentes y estudios correspondientes del condenado.
3. La voluntad del condenado de ser trasladado deberá ser expresamente manifestada por escrito. El Estado remitente deberá facilitar, si lo solicita el Estado receptor, que éste compruebe que el condenado conoce las consecuencias legales que aparejará el traslado y que da el consentimiento de manera voluntaria.

ARTICULO VI

1. El pedido de traslado deberá ser efectuado por el Estado receptor al Estado remitente por la vía diplomática.
2. Para proceder al pedido de traslado, el Estado receptor valorará el delito por el que la persona ha sido condenada, los antecedentes penales, su estado de salud, los vínculos que el condenado tenga con la sociedad del Estado receptor y toda otra circunstancia que pueda considerarse como factor positivo para la rehabilitación social en caso de cumplir la condena en el Estado receptor.
3. El Estado receptor tendrá absoluta discreción para proceder o no a efectuar la petición de traslado al Estado remitente.

ARTICULO VII

1. El Estado remitente analizará el pedido y comunicará su decisión al Estado receptor.
2. El Estado remitente podrá negar la autorización del traslado sin expresar la causa de su decisión.
3. Negada la autorización del traslado, el Estado receptor no podrá efectuar un nuevo pedido. Sin embargo, el Estado remitente podrá revisar su decisión a instancia del Estado receptor.

ARTICULO VIII

1. Si se aprobara el pedido, las Partes acordarán el lugar y la fecha de la entrega del condenado y la forma en que se hará efectivo el traslado. El Estado receptor será el responsable de la custodia y transporte del condenado desde el momento de la entrega.
2. El Estado receptor no tendrá derecho a reembolso alguno por gastos contraídos por el traslado o por el cumplimiento de la condena en su territorio.

3. El Estado remitente suministrará al Estado receptor los testimonios de la sentencia y demás documentación que pueda necesitarse para el cumplimiento de la condena. Tales testimonios y documentación requerirán legalización, cuando así lo solicite el Estado receptor.
4. Si el Estado receptor considera que los informes suministrados por el Estado remitente no son suficientes para permitirle la aplicación del presente Tratado, podrá solicitar información complementaria.
5. A solicitud del Estado remitente, el Estado receptor proporcionará informes sobre el estado de la ejecución de la sentencia del condenado trasladado conforme al presente Tratado, incluyendo lo relativo a su libertad condicional.

#### ARTICULO IX

El condenado trasladado no podrá ser nuevamente enjuiciado en el Estado receptor por el delito que motivó la condena impuesta por el Estado remitente y su posterior traslado.

#### ARTICULO X

1. El Estado remitente tendrá jurisdicción exclusiva respecto de todo procedimiento, cualquiera que sea su índole, que tenga por objeto anular, modificar o dejar sin efecto las sentencias dictadas por sus tribunales.
2. Sólo el Estado remitente podrá amnistiar, indultar, revisar, perdonar o conmutar la condena impuesta.
3. En caso de que así proceda el Estado remitente, comunicará la decisión al Estado receptor, informándole sobre las consecuencias que en la legislación del Estado remitente produce la decisión adoptada.
4. El Estado receptor deberá adoptar de inmediato las medidas que correspondan a tales consecuencias.

#### ARTICULO XI

La ejecución de la sentencia se regirá por las leyes del Estado receptor, incluso las condiciones para el otorgamiento y la revocación de la libertad condicional, anticipada o vigilada.

#### ARTICULO XII

Ninguna sentencia de prisión será ejecutada por el Estado receptor de tal manera que prolongue la duración de la privación de libertad más allá del término de prisión impuesto por la sentencia del tribunal del Estado remitente.

ARTICULO XIII

1. Si un nacional de una Parte estuviera cumpliendo una condena impuesta por el Estado remitente, bajo el régimen de condena condicional o de libertad condicional, anticipada o vigilada, podrá cumplir dicha condena bajo la vigilancia de las autoridades del Estado receptor.
2. La autoridad judicial del Estado remitente solicitará las medidas de vigilancia que estime pertinentes por la vía diplomática.
3. Para los efectos del presente Artículo, la autoridad judicial del Estado receptor podrá adoptar las medidas de vigilancia solicitadas y mantendrá informada a la autoridad judicial del Estado remitente sobre la forma en que se llevan a cabo y le comunicará de inmediato el incumplimiento por parte del condenado, de las obligaciones que éste haya asumido.

ARTICULO XIV

Ninguna disposición de este Tratado se interpretará en el sentido de limitar la facultad que las Partes puedan tener, independientemente del presente Tratado, para conceder o aceptar el traslado de un menor de edad infractor.

ARTICULO XV

Las Partes se comprometen a adoptar las medidas legislativas necesarias y establecer los procedimientos administrativos adecuados para el cumplimiento de los propósitos de este Tratado.

ARTICULO XVI

Este Tratado será aplicable también al cumplimiento de sentencias dictadas con anterioridad a su entrada en vigor.

ARTICULO XVII

1. El presente Tratado está sujeto a ratificación y entrará en vigor en la fecha en que se produzca el intercambio de los respectivos Instrumentos de Ratificación.
2. Este Tratado tendrá duración indefinida. Cualquiera de las Partes podrá denunciarlo, mediante notificación escrita por la vía diplomática. La denuncia será efectiva ciento ochenta (180) días después de haberse efectuado dicha notificación.

En testimonio de lo cual los representantes de las Partes, debidamente autorizados, firman el presente Tratado.

Hecho en Buenos Aires, el 30 de septiembre de 1998, en dos ejemplares originales, en portugués y castellano, siendo ambos textos igualmente auténticos.

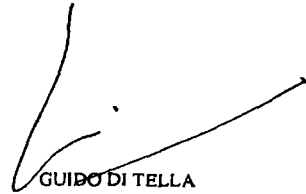
POR LA REPUBLICA  
FEDERATIVA DEL BRASIL

POR LA REPUBLICA ARGENTINA



LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORREA

Embaixador do Brasil



GUIDO DI TELLA

Ministro das Relações Exteriores.

[TRANSLATION — TRADUCTION]

TREATY ON THE TRANSFER OF SENTENCED PERSONS BETWEEN THE  
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE ARGENTINE REPUBLIC

The Federative Republic of Brazil and the Argentine Republic (hereinafter referred to as "the Parties"),

Desirous of promoting mutual cooperation in the field of criminal justice,

Persuaded that, in keeping with modern opinion, one of the objectives of criminal justice policy is the social rehabilitation of the sentenced person,

Considering that this aim can best be achieved by giving nationals who have committed a criminal offence and been sentenced abroad the opportunity to serve their sentence in the country of which they are a national,

Have agreed as follows:

*Article 1*

1. Penalties imposed in Brazil on nationals of the Argentine Republic may be served in Argentina in accordance with the provisions of this Treaty.
2. Penalties imposed in Argentina on nationals of the Federative Republic of Brazil may be served in Brazil in accordance with the provisions of this Treaty.
3. National status shall be considered at the time of the request for transfer.

*Article 2*

For the purposes of this Treaty:

- (a) "Sending State" shall mean the Party which sentenced the person and from which the latter is to be transferred;
- (b) "Receiving State" shall mean the Party to which the sentenced person is to be transferred;
- (c) "Sentenced person" shall mean the person who is serving a sentence involving deprivation of liberty in a penitentiary establishment or is subject to supervision without imprisonment.

*Article 3*

The Parties shall communicate with each other through the diplomatic channel and shall exercise the necessary authority for the discharge of the functions provided for in this Treaty.

*Article 4*

The provisions of this Treaty shall be applicable only if the following conditions are met:

- (a) If the judgement is final and enforceable; in other words, no legal appeals, including extraordinary appellate or judicial review proceedings, are pending;
- (b) If the sentence is not the death penalty, unless commuted;
- (c) If the sentence being served is of fixed duration in the final judicial decision or has been set subsequently by the competent authority;
- (d) If at least a year of the sentence remains to be served at the time the request is made; and
- (e) If the sentenced person has made reparation for any injury or damage caused to the victim, to the extent feasible.

*Article 5*

1. The competent authorities of each Party shall inform all sentenced persons of the nationality of the other Party about the content of this Treaty and the legal consequences of the transfer.

2. The sentenced person may, if he so requests, communicate with the consul of his country, who in turn may contact the competent authority of the sending State to request the preparation of the necessary case history and papers about the sentenced person.

3. The desire of the sentenced person to be transferred must be expressly stated in writing. If the receiving State so requests, the sending State shall provide assistance in verifying whether the sentenced person is aware of the legal consequences of the transfer and voluntarily agrees to them.

*Article 6*

1. The request for transfer shall be made by the receiving State to the sending State through the diplomatic channel.

2. In considering the request for transfer, the receiving State shall take into account the criminal offence for which the person was sentenced, his criminal record and state of health, the bonds between the sentenced person and the society of the receiving State, and any other circumstance that may be regarded as conducive to social rehabilitation if the sentence is served in the receiving State.

3. The receiving State shall have absolute discretion in determining whether or not to submit the request for transfer to the sending State.

*Article 7*

1. The sending State shall study the request and shall communicate its decision to the receiving State.

2. The sending State may withhold authorization for the transfer without explaining its decision.

3. If authorization for the transfer is withheld, the receiving State is not entitled to make a new request. However, the sending State may review its decision if asked to do so by the receiving State.

#### *Article 8*

1. If the request is approved, the Parties shall agree on the place and date of surrender of the sentenced person and how the transfer is to be effected. The receiving State shall be responsible for the custody and transport of the sentenced person until the moment of surrender.

2. The receiving State shall not be entitled to any reimbursement for expenses incurred in the transfer or in service of the sentence in its territory.

3. The sending State shall provide the receiving State with copies of the judgement and other documents that may be required for service of the sentence. Such copies and documents shall be legalized if the receiving State so requests.

4. If the receiving State considers that the reports provided by the sending State are not sufficient to permit it to apply the provisions of this Treaty, it may request additional information.

5. At the request of the sending State, the receiving State shall provide reports on the status of service of the sentence of any sentenced person transferred pursuant to this Treaty, including reports on conditional release.

#### *Article 9*

Transferred persons may not be tried again in the receiving State for the criminal offence which gave rise to the sentence imposed by the sending State and the subsequent transfer.

#### *Article 10*

1. The sending State shall have exclusive jurisdiction with respect to any proceeding, of whatever nature, whose object is to quash, modify or set aside judgements pronounced by its courts.

2. Only the sending State may grant amnesty or pardon, or review or commute the sentence imposed.

3. In such cases, the sending State shall communicate the decision to the receiving State, informing the latter of the consequences to which the adopted decision gives rise under the legislation of the sending State.

4. The receiving State shall immediately take any necessary steps in the light of those consequences.



*Article 11*

Enforcement of the sentence shall be governed by the legislation of the receiving State, including the conditions for granting and terminating conditional, early or supervised release.

*Article 12*

No prison sentence shall be enforced in the receiving State in such a manner as to exceed the term of imprisonment imposed by the judgement of the court of the sending State.

*Article 13*

1. If a national of a Party is serving a sentence imposed by the sending State and involving a conditional sentence, a conditional release, an early release or supervision, the offender may serve that sentence under the supervision of the authorities of the receiving State.

2. The judicial authority of the sending State shall request such measures of supervision as it deems appropriate through the diplomatic channel.

3. For the purposes of this article, the judicial authority of the receiving State may adopt the measures of supervision requested. It shall keep the judicial authority of the sending State informed about the means of their implementation and shall communicate to it forthwith any failure on the part of the sentenced person to fulfil the obligations which he has assumed.

*Article 14*

No provision of this Treaty shall be interpreted as limiting the discretion of the Parties, independently of the present Treaty, to allow or accept the transfer of a minor offender.

*Article 15*

The Parties undertake to adopt the necessary legislative measures and establish appropriate administrative procedures to achieve the aims of this Treaty.

*Article 16*

This Treaty shall also apply to service of the sentences imposed prior to its entry into force.

*Article 17*

1. This Treaty is subject to ratification and shall enter into force on the date of the exchange of the respective instruments of ratification.

2. This Treaty shall be of indefinite duration. Either Party may denounce it by means of a notification in writing through the diplomatic channel. Such denunciation shall become effective one hundred and eighty (180) days after the date on which notification was given.

In witness whereof the representatives of the Parties, being duly authorized thereto, have signed this Treaty.

Done at Buenos Aires on 11 September 1998, in duplicate, in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Federative Republic of Brazil

LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORREA  
Ambassador of Brazil

For the Argentine Republic

GUIDO DI TELLA  
Minister for Foreign Affairs

[TRANSLATION — TRADUCTION]

TRAITÉ ENTRE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LA  
RÉPUBLIQUE ARGENTINE RELATIF AU TRANSFÈREMENT DE PRIS-  
ONNIERS CONDAMNÉS

La République fédérative du Brésil et la République argentine (ci-après dénommées " les Parties "),

Désireuses de promouvoir l'entraide en matière de justice pénale;

Estimant que selon les conceptions modernes un des objectifs de la politique pénale est la réinsertion sociale des personnes condamnées;

Considérant que pour atteindre cet objectif, il y aurait intérêt à donner aux nationaux privés de leur liberté à l'étranger pour avoir commis un délit la possibilité de purger leur peine dans leur pays d'origine;

Conviennent comme suit :

*Article premier*

1. Les peines privatives de liberté imposées au Brésil à des nationaux de la République argentine peuvent être purgées en argentine conformément aux dispositions du présent Traité.

2. Les peines privatives de liberté imposées en Argentine à des nationaux de la République fédérative du Brésil peuvent être purgées au Brésil conformément aux dispositions du présent Traité.

3. La nationalité est déterminée au moment de la requête aux fins du transfèrement.

*Article 2*

Au sens du présent Traité :

a) L'expression " État de transfèrement " s'entend de la Partie où a été prononcée la condamnation ou depuis laquelle le condamné doit être transféré;

b) L'expression " État d'accueil " s'entend de la Partie à laquelle le condamné doit être transféré;

c) L'expression " condamné " s'entend la personne qui purge, en vertu d'un jugement portant condamnation, une peine privative de liberté dans un établissement pénitentiaire ou qui est assujettie à un régime de liberté conditionnelle.

*Article 3*

Les Parties communiquent par la voie diplomatique avec l'autorité qui est chargée d'exercer les fonctions prévues dans le présent Traité.

*Article 4*

La mise en oeuvre des dispositions du présent Traité est subordonnée aux conditions suivantes :

a) La sentence doit être définitive et exécutoire, c'est-à-dire qu'elle ne doit faire l'objet d'aucun recours en instance, notamment d'aucune procédure exceptionnelle en appel ou en révision;

b) La peine à purger ne peut être la peine de mort, à moins que celle-ci n'ait été commuée;

c) La durée de la peine à purger par le condamné doit être déterminée dans le jugement portant condamnation ou avoir été fixée ultérieurement par l'autorité compétente;

d) La durée de la peine qui reste à purger au moment de la présentation de la requête doit être d'au moins un an;

e) Le condamné doit avoir réparé le préjudice causé à la victime, dans la mesure où cela lui était possible.

*Article 5*

1. Les autorités compétentes des Parties informent tout condamné qui est un national de l'autre Partie de la possibilité découlant de l'application du présent Traité, ainsi que des conséquences juridiques du transfèrement.

2. Le condamné peut, s'il en fait la demande, communiquer avec le consul de son pays, lequel peut à son tour entrer en contact avec l'autorité compétente de l'État de transfèrement pour lui demander d'établir le dossier du condamné.

3. La volonté du condamné d'être transféré doit être manifestée de manière expresse. L'État de transfèrement doit donner à l'État d'accueil, s'il en fait la demande, les moyens de vérifier que le condamné est au courant des conséquences juridiques qu'entraîne pour lui le transfèrement et qu'il y consent de son propre gré.

*Article 6*

1. La requête aux fins du transfèrement doit être adressée par l'État d'accueil à l'État de transfèrement par la voie diplomatique.

2. L'État d'accueil instruit la requête en tenant compte du délit qui a motivé la condamnation, des antécédents pénaux du condamné, de son état de santé, des liens qui unissent le condamné avec la société de l'État d'accueil et de toute autre circonstance qui puisse être considérée comme un facteur favorable à la réinsertion sociale du condamné si celui-ci est admis à purger sa peine dans l'État d'accueil.

3. L'État d'accueil a le pouvoir discrétionnaire d'adresser ou non la requête à l'État de transfèrement.

*Article 7*

1. L'État de transfèrement examine la requête et notifie sa décision à l'État d'accueil.
2. L'État de transfèrement peut rejeter la requête sans préciser les motifs de sa décision.
3. L'État d'accueil ne peut renouveler la requête rejetée. L'État de transfèrement peut cependant réviser sa décision à la demande de l'État d'accueil.

*Article 8*

1. S'il est fait droit à la requête aux fins du transfèrement, les Parties conviennent du lieu et de la date à laquelle le condamné doit être remis ainsi que de la forme dans laquelle la remise doit s'effectuer. L'État d'accueil est chargé de la garde et du transport du condamné à partir du moment où il lui est remis.

2. L'État d'accueil n'a droit au remboursement d'aucun des frais afférents au transfèrement ou à l'accomplissement de la peine dans son territoire.

3. L'État de transfèrement fournit à l'État d'accueil les pièces attestant du jugement portant condamnation ainsi que les pièces additionnelles nécessaires aux fins de l'accomplissement de la peine. Ces pièces doivent être légalisées à la demande de l'État d'accueil.

4. L'État d'accueil peut demander des pièces complémentaires s'il trouve que les pièces fournies par l'État de transfèrement sont insuffisantes pour permettre l'application du présent Traité.

5. À la demande de l'État de transfèrement, l'État d'accueil fournit des renseignements concernant l'exécution de la peine du condamné transféré sur la base du présent Traité, y compris en ce qui concerne sa libération conditionnelle.

*Article 9*

Le condamné transféré ne peut être jugé à nouveau dans l'État d'accueil pour le délit qui a motivé la condamnation prononcée par l'État de transfèrement et son transfèrement ultérieur.

*Article 10*

1. L'État de transfèrement a compétence exclusive en ce qui concerne toute procédure, de quelque ordre que ce soit, en révision, modification ou annulation des condamnations prononcées par ses instances judiciaires.

2. Seul l'État de transfèrement peut accorder l'amnistie, la remise, la révision, la grâce ou la commutation de la peine.

3. Si l'État de transfèrement prend une telle mesure, il notifie sa décision à l'État d'accueil et informe celui-ci des conséquences de cette décision conformément aux lois de l'État de transfèrement.

4. L'État d'accueil doit adopter immédiatement les mesures correspondant auxdites conséquences.

*Article 11*

L'exécution de la peine est régie par les lois de l'État d'accueil, y compris les conditions nécessaires à l'octroi et à la révocation de la mise en liberté conditionnelle, anticipée ou surveillée.

*Article 12*

L'État d'accueil ne peut appliquer aucune peine d'emprisonnement ayant pour effet de prolonger la durée de la privation de liberté au-delà des termes de la condamnation prononcée par la juridiction de l'État de transfèrement.

*Article 13*

1. Si un national de l'une des Parties purge une peine imposée par l'État de transfèrement sous le régime du sursis ou de la liberté conditionnelle, anticipée ou surveillée, il peut purger ladite peine sous la surveillance des autorités de l'État d'accueil.

2. L'autorité judiciaire de l'État de transfèrement demande par la voie diplomatique l'application des mesures de surveillance pertinentes.

3. Aux fins du présent article, l'autorité judiciaire de l'État d'accueil peut adopter les mesures de surveillance demandée et tient les autorités judiciaires de l'État de transfèrement au courant de l'application de ces mesures, leur notifiant immédiatement tout manquement du condamné à toute obligation lui incombant.

*Article 14*

Aucune disposition du présent Traité ne peut être interprétée comme limitant le pouvoir éventuel des Parties, indépendamment du présent Traité, d'accorder ou d'accepter le transfèrement de délinquants mineurs d'âge.

*Article 15*

Les Parties s'engagent à adopter les mesures législatives nécessaires et à établir les procédures appropriées pour la réalisation des objectifs du présent Traité.

*Article 16*

Le présent Traité est aussi applicable à l'exécution des peines qui ont été prononcées antérieurement à son entrée en vigueur.

*Article 17*

1. Le présent Traité est sujet à ratification et il entrera en vigueur à la date de l'échange des instruments de ratification.

2. Le présent Traité a une durée indéfinie. Chacune des Parties peut le dénoncer en adressant à l'autre, par la voie diplomatique, une notification écrite. La dénonciation prend alors effet 180 jours après la date de ladite notification.

En foi de quoi, les représentants des Parties, à ce dûment habilité, ont signé le présent Traité.

Fait à Buenos Aires le 11 septembre 1998 en deux exemplaires originaux en portugais et espagnol, les deux textes étant également authentiques.

Pour la République fédérative du Brésil :

LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORREA

Ambassadeur du Brésil

Pour la République argentine :

Le Ministre des relations extérieures et du culte,

GUIDO DI TELLA

